

## **O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA FILOSOFIA DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL**

Álvaro Leonardi Ayala Filho<sup>1</sup>

**RESUMO:** A filosofia da avaliação do Programa de Educação Tutorial é analisada a partir dos elementos que a constituíram quando da publicação do Manual de Orientações Básicas de 2002. A proposta de avaliação se constituiu a partir da combinação de dois fatores. Primeiro, os encaminhamentos sobre avaliação oriundos do GT de avaliação do VI ENAPET e, segundo, as características da avaliação institucional propostas pelo Programa de Avaliação Nacional Institucional das Universidades Brasileiras, o PAIUB. A confluência desses dois conjuntos de conceitos permitiu a construção de uma proposta de avaliação consistente com a filosofia do programa, com a construção contínua da identidade dos grupos e consistente com o binômio autonomia/avaliação. Concluo que a reafirmação da filosofia de avaliação do PET é fundamental para estabelecer o cenário sobre o qual deve ser construído o processo de avaliação nacional do programa.

**Palavras chave:** avaliação, educação tutorial, autonomia, PET.

### **THE FORMATION PROCESS OF THE EVALUATION PHILOSOPHY OF THE TUTORIAL EDUCATION PROGRAM**

**ABSTRACT:** The philosophy of evaluation of the Tutorial Education Program is analyzed from the elements that constituted it when the 2002 Basic Guidelines Manual was published. The evaluation proposal was constituted from the combination of two factors. First, the referrals on evaluation coming from the evaluation WG of the VI ENAPET and, second, the characteristics of the institutional evaluation proposed by the National Institutional Evaluation Program of Brazilian Universities, the PAIUB. The confluence of these two sets of concepts allowed the construction of an evaluation proposal consistent with the program's philosophy, with the continuous construction of the groups'

---

<sup>1</sup> Tutor egresso do grupo PET Física da Universidade Federal de Pelotas, Presidente Egresso da CENAPET. E-mail: ayalafilhotmp@gmail.com.

identity and consistent with the binomial autonomy/evaluation. I conclude that the reaffirmation of the PET evaluation philosophy is fundamental to establish the scenario on which the program's national evaluation process must be built.

**Keywords:** evaluation, tutorial education, autonomy, PET

## INTRODUÇÃO

A avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET) sempre foi tema de discussão na comunidade dos grupos PET desde o I SULPET, realizado na Universidade Federal de Santa Maria em 1998, primeiro evento regional do programa (UFSM, 1998). A partir desse momento, todos os eventos regionais e nacionais incluíram um Grupo de Trabalho (GT) onde se discutiu avaliação. A repetição sistemática dessa prática evidencia a centralidade do tema Avaliação no fazer diário das atividades do programa.

No âmbito acadêmico, principalmente no nível de graduação, quando nos referimos à avaliação, é comum tratar-se de avaliação da aprendizagem em uma determinada disciplina. Em outras palavras, trata-se de tentar “mensurar” quanto o ou a estudante foi capaz de se apropriar dos conceitos tratados nesta disciplina. No entanto, os processos de avaliação não se referem apenas a avaliação da apropriação do conhecimento e às (bastante limitadas) técnicas de tentar estimá-lo. A avaliação é um processo intencional realizado com técnicas e recursos específicos que é direcionado a qualquer atividade humana. Assim, é possível, e até necessário, que a avaliação possa ter como objeto uma instituição (como a universidade), uma empresa, um programa (como o PET), as atividades de um grupo ou uma política pública.

Como foi discutido em Ayala Filho (2019), qualquer atividade humana se origina em uma demanda ou necessidade a ser suprida. A partir dessa demanda, se estabelecem objetivos, as ações e as operações adequadas a consecução desses objetivos da ação. Se estabelecem os meios adequados para atingir os fins. O processo contínuo de adequação dos meios aos fins é parte do processo de avaliação. Considerando a situação em que o sujeito avaliador está envolvido na atividade, então passamos a tratar de

auto avaliação. Qualquer atividade humana que alcança sucesso de forma sistemática está relacionada a uma forma também sistemática de avaliação. Obviamente, no contexto do PET isso não poderia ser diferente.

A avaliação é um processo político. A palavra "avaliação" possui a mesma raiz da palavra "valores". Além de buscar a pertinência dos meios para atingir um determinado fim, a avaliação também é um processo de fixação de valores que orientam e delimitam da ação. Ou seja, a avaliação age politicamente ao valorizar determinadas formas de ação em detrimento de outras. Considerando as características da Atividade Petiana (AYALA FILHO, 2019), podemos afirmar que a avaliação petiana deve, por exemplo, valorizar o trabalho coletivo em detrimento do trabalho individual ou mesmo individualista. Assim, avaliar passa a ser um processo de fixação de valores. Como esses valores estão constantemente em disputa e conflito, a avaliação se torna também um espaço de disputa política.

Dentro desse quadro geral de conceitos sobre a avaliação, o objetivo desse trabalho é apresentar, de forma sucinta, o caminho histórico e epistemológico, no sentido de incorporação de conhecimentos, que deu origem à filosofia de avaliação dos grupos e do programa PET materializada no Manual de Orientações Básicas 2002 – MOB2002 (BRASIL, 2002), filosofia esta que se desdobrou no Manual de 2006 (BRASIL, 2006), elaborado pela SESu/MEC, e na minuta de manual construída pela comunidade petiana em 2014<sup>2</sup>. Esta minuta foi elaborada a partir da compilação dos resultados dos grupos de trabalho do XIX ENAPET, realizado em julho de 2014 na UFSM (CENAPET, 2014). É importante salientar que a elaboração do MOB 2002 foi, ao mesmo tempo, instrumento e produto da luta pela manutenção do programa cujo momento mais intenso se desenvolveu de 1996 até 2002 (MÜLLER, 2003). Assim, esse formato de avaliação foi gestado em um processo de luta e possui marcas indelévels do processo de resistência à dissolução do programa. Uma dessas marcas é o compromisso estabelecido

---

<sup>2</sup>Antes da promulgação da lei do PET em 2005 e das portarias PET, toda a definição da estrutura do programa estava contida no Manual de Orientações Básicas. Foram elaborados MOB em 1988, 1992 e 1995.

com os cursos de graduação onde os grupos estavam inseridos.

Na próxima seção, apresento, de forma contextualizada, os encaminhamentos dos GTs de Avaliação do IVSULPET e do VIENAPET que definiram as diretrizes gerais que o MOB2002 e a avaliação dos grupos deveria obedecer<sup>3</sup>. Essas diretrizes se revelaram em consonância com as discussões sobre avaliação universitária desenvolvidas na década de 90 do século passado e que se materializaram na proposição do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, o PAIUB, apresentado na seção seguinte. Na terceira seção, apresento e discuto a filosofia de avaliação do PET proposta no MOB2002 e como ela se consolidou na confluência dos conteúdos discutidos nas seções anteriores. Na última seção, proponho os próximos passos no processo de entendimento e construção da avaliação do PET.

#### DIRETRIZES PARA O MOB – GT AVALIAÇÃO ENAPET 2001

O GT de avaliação do evento foi coordenado pela professora Izaura Kuwabara, então tutora do grupo PET química da Universidade Federal do Paraná e por este autor. A partir das discussões iniciais do GT, estabeleceu-se os objetivos do grupo, a saber: Definir diretrizes sobre institucionalização, acompanhamento e gerenciamento do PET para ações da Executiva Nacional na negociação com a SESu. As propostas de 1. a 4. referem-se a linhas gerais que devem nortear a negociação entre a Executiva Nacional e SESu. As propostas do item 5 se referem a recomendações que deveriam ser incluídas nas novas Orientações Básicas. As propostas do item 6 se referem a sugestões para a ação visando a institucionalização.

Na sequência, foram discutidas e aprovadas as propostas que seguem - as propostas estão destacadas e comentadas.

1. Unidade Nacional do Programa é fundamental e deve ser definida por um conjunto de orientações básicas que estabeleçam o papel da SESu e

---

<sup>3</sup>Não foi possível encontrar a ata dos GTs na internet. Estes encaminhamentos estão registrados em documentos distribuídos pelo autor na lista de e-mails Petbr (MÜLLER. 2003). Uma cópia desses documentos se encontra no arquivo pessoal do autor. Assim, os textos em itálico não são citações de textos publicados, mas sim registros do autor.

da Instituição no gerenciamento, acompanhamento e avaliação do programa;

Este encaminhamento reafirma a unidade nacional do programa. É importante lembrar que, em 2000, o PET havia sido transferido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e o Programa estava sendo gerenciado por pessoas que não o conheciam. Além disso, vínhamos de anos de luta pela sua manutenção e estávamos preocupados com a unidade do programa. Naquele momento, era importante reforçar a necessidade da existência de orientações que fossem universais, para que o programa continuasse com o seu caráter de unidade nacional e de longo prazo. O objetivo era não deixar que o programa fosse submetido a idiosincrasias locais, como disputas políticas ou “humores” dos pró-reitores ou reitores locais. Tínhamos claro que pró-reitores, reitores, secretários ou ministros mudavam, mas o PET continuava.

2. Vínculo com a administração da Instituição de Ensino Superior (IES) deve ser definido pelas orientações, mantendo o caráter de unidade nacional. A IES deve contribuir no desenvolvimento acadêmico do planejamento das atividades dos grupos;

Neste aspecto, havia uma preocupação com a dita institucionalização do programa. Esta não deveria ser negociada localmente, mas sim estabelecida para todo o país pelas orientações básicas. Isto iria garantir a unidade do programa e a autonomia dos grupos. Os grupos passariam a preparar o seu planejamento procurando se engajar no projeto acadêmico-pedagógico da IES, mantendo a sua autonomia. Como veremos a seguir, as IES poderiam dar sugestões ao planejamento dos grupos quando do processo de avaliação local.

3. Orientações Básicas devem definir como será feito o gerenciamento do programa na IES. Este gerenciamento deve ter, no mínimo, um professor responsável pelo programa e um corpo de consultores conhecedores do programa.

Novamente, não deveria haver negociação local para a forma de gerenciamento. A IES deveria sim se preocupar em estabelecer um corpo de

consultores que conhecesse e se identificasse com o programa. Este corpo não precisaria ser formado apenas de tutores, mas deveria ser formado por pessoas que estivessem ligadas às áreas de ensino, pesquisa e extensão dentro da IES.

4. Avaliação será desenvolvida a nível local (institucional) e nacional (SESu), preservando sua característica qualitativa,

- A nível local a avaliação deverá examinar o interesse acadêmico das atividades e sua inserção na instituição. Esta avaliação terá caráter sugestivo visando o aprimoramento das ações dos grupos.

- A nível nacional a avaliação será responsável pela análise do mérito das propostas e relatórios dos grupos. Esta avaliação terá caráter deliberativo sobre a criação, manutenção e extinção de grupos.

- A avaliação, tanto local quanto nacional, deve obedecer a um paradigma de avaliação qualitativa, evitando o uso de apenas indicadores quantitativos e o ranqueamento dos grupos e instituições.

Este é o encaminhamento que definiu a forma geral da avaliação do programa. A divisão da avaliação em dois níveis, local e nacional, era considerada muito importante. Nas avaliações anuais dos grupos realizadas até 1996, não existia, obrigatoriamente, a avaliação local, mas apenas a avaliação na CAPES. Considerava-se que essa forma de avaliação prejudicava a inserção do grupo na realidade local tanto da IES quanto da região em seus projetos de extensão e limitava também a relação do grupo com a instituição. Por outro lado, deixava o grupo totalmente autônomo para planejar e desenvolver o seu trabalho.

Ao promover a inclusão da avaliação local, este encaminhamento também promovia a institucionalização do PET, dando ênfase ao objetivo de colocar as atividades de cada grupo PET mais próximas do projeto acadêmico-pedagógico da instituição. No entanto, a avaliação local não deveria retirar a autonomia do grupo. Assim, a avaliação local teria um caráter sugestivo sobre as atividades do grupo e deveria ser qualitativa.

Para manter a autonomia dos grupos e deixá-los salvos de “humores” locais, a avaliação de mérito seria feita a nível nacional. Uma

determinada IES não poderia, por exemplo, extinguir um grupo e criar outro, mesmo que os próprios participantes do programa estejam de acordo. Este foi considerado um ponto importante na manutenção da unidade nacional, da autonomia e da excelência do programa.

O GT concluiu também que seria razoável que se estabelecessem alguns indicadores quantitativos para avaliar os grupos, mas estes só teriam sentido dentro de uma análise qualitativa ampla das atividades do grupo. Não seria estabelecido nenhum ordenamento dos grupos de acordo com o seu desempenho. A avaliação seria um processo de colaboração entre o avaliador e o grupo. Foi consenso também que deveriam ser estabelecidos critérios gerais para a extinção de grupos.

5. Recomendações a constarem nas Orientações Básicas:

- Participação sistemática dos colegiados dos cursos na elaboração dos planos, acompanhamento das ações e análises dos relatórios dos grupos;
- No desenvolvimento do planejamento e na avaliação interna deveria ter uma participação dos demais alunos do curso.

Estas recomendações são parte de um processo de institucionalização do programa dentro do próprio curso onde o grupo está instalado. Cada grupo, em particular, deveria desenvolver atividades, na medida do possível, consistentes com o projeto pedagógico do curso. Deveria também estar sistematicamente promovendo a discussão e o aprimoramento deste projeto.

6. Sugestões de desenvolvimento de ações visando a institucionalização, a divulgação do programa e criações de demandas por novos grupos:

- Criação de fóruns institucionais envolvendo coordenações de cursos e diretores de unidades.

A criação destes fóruns era uma sugestão relevante para a consolidação do PET como um programa importante, que possibilita a formação mais ampla do estudante, além das atividades de sala de aula. Estes fóruns tornariam o PET mais conhecido em suas potencialidades e haveria uma tendência a aumentar a demanda pelo crescimento do

programa.

- Criação de evento PET: eventos acadêmicos divulgando ensino, pesquisa e extensão com participação da comunidade. Estes seriam eventos regionais, similares aos salões de iniciação científica, mas deveriam refletir as características dos PET como, por exemplo, a unidade entre ensino, pesquisa e extensão, a interdisciplinaridade e as características de trabalho em grupo.

Vemos aqui a semente de uma ideia que acabou por consolidar na criação de eventos PET por todo o país, entre eventos dentro das instituições (Interpets), eventos estaduais e regionais. Esta foi considerada uma forma de consolidação do programa como uma alternativa para um projeto acadêmico-pedagógico para o ensino superior. Tínhamos claro que a combinação de autonomia e avaliação, característica do PET, era responsável pela já evidente excelência do programa. Esta combinação de autonomia e avaliação foi encarada como um exemplo de sucesso a ser disseminado nas universidades. Deveríamos estabelecer uma forma acadêmica, mas também sistemática, de divulgar as atividades desenvolvidas pelo PET e assim divulgar também esta proposta de interconexão autonomia/avaliação.

Os encaminhamentos acima descritos podem ser resumidos nos seguintes itens:

1. Autonomia dos Grupos;
2. Caráter Unitário Nacional do programa;
3. Estrutura Gerencial do Programa- em âmbito nacional;
4. Estrutura Gerencial do Programa- na instituição;
5. Avaliação Local - com caráter sugestivo;
6. Avaliação Nacional - com caráter decisório sobre o funcionamento do grupo;
7. Avaliações feitas por pares (profissionais que entendem do programa);
8. Institucionalização – inserção das atividades e projetos dos grupos dentro do projeto acadêmico-pedagógico da instituição.

## O PROGRAMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS

## UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - PAIUB

Após a realização do VI ENAPET com a definição das diretrizes para o novo MOB, a então diretoria da CENAPET definiu uma pequena comissão para redigir uma proposta de manual a ser encaminhada à SESu/MEC. A comissão foi formada pela professora Izaura Hirano Kuwabara, já citada tutora do grupo PET Química da UFPR e pelo autor desse trabalho, então tutor do PET Física da Universidade Federal de Pelotas. O desafio nesse momento era incorporar as diretrizes promovendo a institucionalização do PET dentro do marco do binômio avaliação/autonomia que, avaliávamos, era a razão para o sucesso do programa.

Para que as diretrizes gerais correspondessem a um processo de avaliação que garantisse a autonomia dos grupos e do programa, foi necessário que se incorporasse nessa proposta de avaliação aspectos filosóficos da avaliação que ainda não haviam sido discutidas no âmbito do PET. Para tanto, buscamos incorporar na minuta de manual, para posterior debate na comunidade dos grupos PET, alguns resultados que já estavam consensualizados no debate sobre avaliação institucional realizado no âmbito das universidades brasileiras na década anterior. Esse debate culminou no Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB que apresentaremos abaixo. Note que agora trataremos de avaliação institucional e todos os termos se referirão à avaliação de universidades.

O Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, PAIUB, surgiu a partir de um projeto de avaliação institucional da Associação Nacional dos Diretores de Instituições de Ensino Superior, a ANDIFES. Posteriormente, a proposta foi aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação, estabelecida pela SESu/MEC (TRINDADE, 1996). A partir deste ponto, o programa passou a ser enriquecido pelas sugestões e experiências de avaliação de cada universidade. Cada universidade passou a desenvolver, por auto adesão, a sua avaliação. Esta incluiu um processo inicial de auto avaliação que culminava com a elaboração de um documento síntese. Em seguida, este documento era examinado e discutido por uma comissão externa. Findo um ciclo de avaliação, o processo deveria recomeçar.

No âmbito da avaliação universitária, é importante ressaltar o significado do termo "avaliação institucional". A avaliação é dita "institucional" por três aspectos: porque avalia a instituição, porque é promovida pela instituição e porque deve ser encarada como uma instituição. Em outras palavras, o termo "institucional" se refere ao sujeito, ao objeto e a forma de avaliação. Assim, a avaliação deve ser contínua e passar a fazer parte do projeto acadêmico-pedagógico da instituição, ou seja, a avaliação passa a fazer parte do próprio processo de formação dos indivíduos dentro da instituição. Este foi um aspecto que tivemos em mente quando pensamos a "institucionalização" do PET que se discutia na época.

Antes de discutirmos os princípios que balizam a avaliação, devemos ter em mente que qualquer processo avaliativo só é possível dentro de um esquema conceitual e de um esquema de valores. O processo avaliativo é sempre consequência de uma "visão de mundo", que, no caso universitário, envolve uma concepção do que a universidade deve ser, qual deve ser o seu papel na sociedade, que perfil deve ter o indivíduo formado por esta universidade e como a sociedade deve sustentá-la. A avaliação sempre ocorre dentro de um quadro de valores que lhe justifica. Por outro lado, existe uma reciprocidade: a avaliação é também um processo de consolidação de alguns valores e de negação de outros. Se escolhermos, dentro do PET, deliberadamente, avaliar a capacidade de trabalhar em grupo de um indivíduo, significa que valorizamos esta capacidade em detrimento da ação individualista. Em um programa como o PIBIC, talvez a característica individualista seja considerada como positiva. Resumindo, a forma de avaliação retrata sempre um conjunto de valores e uma visão de mundo.

Aprofundamos o entendimento sobre as características da avaliação institucional proposta pelo PAIUB se examinarmos uma proposta que se contrapõe a esta e que muito parece inspirar as políticas avaliativas MEC (SOBRINHO,1996) que estavam em jogo na década de 90 do século passado. Estou me referindo a propostas de avaliação que levam em conta apenas parâmetros quantitativos, que seguem um modelo instrumentalista e classificatório. Em geral, este tipo de avaliação pretende estabelecer um

“ranqueamento” das instituições, sem levar em conta as características históricas e até geográficas de cada instituição. Podemos chamar este tipo de avaliação de uma orientação positivista e tecnicista. Uma orientação que acredita que, colhendo dados pontuais, apartados de um contexto histórico, social, político e regional, pode estabelecer uma avaliação de mérito acadêmico que seja neutra e imparcial. Esta forma de avaliar não se preocupa em desenvolver uma interpretação qualitativa dos dados, o que torna os resultados pouco significativos. As pessoas que compartilham esta perspectiva parecem acreditar em uma universidade voltada para a demanda do mercado. Estas pessoas confundem o mercado com a sociedade em si e acreditam que a função social da universidade é gerar “capital humano” (que é diferente de recursos humanos) de acordo com as exigências de competitividade e eficiência deste mercado.

É importante considerarmos que a perspectiva discutida acima tem outros desdobramentos, principalmente em relação à autonomia e ao financiamento das universidades. Esta visão está ligada à concepção de que os financiamentos dos organismos oficiais devem estar ligados a critérios de eficiência e produtividades em termos mercadológicos. Deve ser estimulada a competição, e não a colaboração, entre as universidades e também deve ser estimulada a crescente busca por recursos privados, tanto pela venda de serviços quanto pela cobrança de taxas dos alunos. É bastante justo acreditar que esta perspectiva está em consonância com um modelo econômico de globalização neoliberal. Não é nosso objetivo, neste momento, desenvolver uma análise sobre políticas públicas, mas este ponto ilustra bem como as propostas de avaliação estão vinculadas a um conjunto de valores e a uma visão de mundo que são também produto de um modelo de sociedade. Fica óbvia também sua dimensão política.

A partir destas discussões, que qualificamos de “introdutórias”, podemos passar a discutir as características do modelo proposto para a avaliação universitária pelo PAIUB. Saliento que a avaliação proposta por este programa tem o objetivo geral de servir como um instrumento para a construção contínua de um projeto acadêmico-pedagógico capaz de sustentar

a própria universidade.

As características do programa foram descritas pelo professor Dilvo Ristoff (1996) em uma palestra apresentada no 10º Seminário Nacional do PAIUB. Aqui, procuramos resumir estes resultados. Segundo o professor, os princípios básicos que norteavam o PAIUB eram:

- Globalidade
- Comparabilidade
- Respeito à identidade institucional
- Não premiação ou punição
- Adesão voluntária
- Legitimidade
- Continuidade

Examinemos, com um pouco mais de detalhe, estes princípios.

A globalidade define que a avaliação deve ser desenvolvida levando em conta todos os aspectos da instituição. O ensino, a pesquisa, a extensão, a qualidade das aulas, o desenvolvimento dos laboratórios, biblioteca etc, devem ser levados em conta para traçar um perfil completo da vida universitária na instituição. Os valores que buscamos examinar não devem ser superdimensionados por indicadores parciais. Os indicadores quantitativos são importantes, mas não devem ser tomados como únicos parâmetros e não devem ser usados para ordenar cursos ou unidades em um “ranck”.

A comparabilidade busca estabelecer uma uniformidade da metodologia procurando uma comparabilidade entre os dados de distintas instituições. A comparabilidade representa a busca de um linguajar comum dentro das universidades e entre universidades, sem o estabelecimento de um ranqueamento.

O respeito à identidade institucional busca incluir na avaliação as características próprias das instituições e visualizá-las dentro do seu próprio contexto. No estágio inicial da auto avaliação, este princípio permite que as universidades busquem a sua identidade. Busquem saber quem são e quem desejam ser. É claro que a comparação com outras universidades, sem

ranqueamento e levando em conta os diferentes contextos, também pode contribuir para este autoconhecimento.

A não premiação ou punição, por pura contraposição, define um dos princípios fundamentais da avaliação universitária. Este princípio é fruto, na verdade, de uma modificação na concepção de avaliação, que acaba por evitar o ranqueamento e as consequentes premiações ou punições. Nesta perspectiva, a consciência de que a avaliação implica na adoção de um conjunto de valores tem como consequência a consciência de que não existe a neutralidade do instrumento e do processo de avaliação. Ao fazer uma avaliação, nós queremos afirmar um conjunto de valores técnico-científicos, acadêmicos, didático-pedagógicos, de comportamento, etc. A avaliação tem um conteúdo educativo, uma função formadora, que deve ir muito além do dualismo punição/premiação. Se estabelece também um compromisso ético com a avaliação. A instituição deve utilizar a sua avaliação como instrumento para modificar o seu cotidiano, as suas ações, o seu planejamento. A própria avaliação deve ser incorporada no processo contínuo de desenvolvimento do projeto acadêmico-pedagógico da instituição e, por consequência, também deve ser um processo contínuo. Assim, o princípio da continuidade já pode ser compreendido.

O princípio da adesão voluntária indica que o processo de avaliação depende da participação dos diferentes segmentos da instituição na elaboração, implementação e utilização dos resultados da avaliação. A avaliação deve ser um processo de construção coletiva.

Finalmente, consideramos a legitimidade. A adesão voluntária garante a legitimidade política da avaliação. A legitimidade técnica deve ser obtida por uma metodologia capaz de gerar informações fidedignas, com indicadores quantitativos acompanhados de uma interpretação qualitativa que seja capaz de dar significado a estes dados. É necessário evitar o quantitativismo e o imediatismo. A avaliação deve conter um esforço interpretativo dos dados, criando novos enfoques e atribuindo significado aos resultados quantitativos.

A proposta do PAIUB é resultado de uma ampla discussão nacional

que envolveu especialistas na área de avaliação e professores universitários de todo o país. Os aspectos discutidos acima contribuíram para orientar os princípios da avaliação do então Programa Especial de Treinamento dentro das diretrizes definidas no VI ENAPET. Concluo esta seção com uma citação do Dilvo Ristoff (1996), que me parece bastante útil na compreensão do papel da avaliação no âmbito do PET:

O que se busca, antes de tudo, é a compreensão da necessidade de instalarmos na universidade a cultura da avaliação – um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício diuturno das nossas ações. (RISTOFF, 1996, p. 52)

O formato da avaliação definida em 2002 buscou promover essa cultura avaliativa, fazendo da avaliação mais uma dimensão de excelência do programa.

#### A FILOSOFIA DE AVALIAÇÃO DO PET NO MOB 2002.

O formato da avaliação PET definido no MOB 2002, que se desdobrou nos manuais posteriores, foi resultado da combinação das diretrizes estabelecidas no VI ENEPET e da filosofia de avaliação institucional contida no PAIUB. Esta proposta tinha o objetivo de definir uma filosofia de avaliação que promovesse o binômio autonomia/avaliação. Ou seja, a definição das diretrizes e a tomada da filosofia do PAIUB para o âmbito do PET foi uma decisão política que visou fortalecer a autonomia dos grupos e do programa no contexto da universidade brasileira. Não há necessidade de reproduzir aqui o texto completo do manual. Sugerimos fortemente que o leitor revise esse documento (BRASIL, 2002). Aqui, vamos destacar alguns aspectos relevantes do documento.

O MOB 2002 propõe um processo de avaliação que combina auto avaliação com avaliação externa para todos os níveis do programa: nos grupos, no PET como programa da instituição e no programa em nível nacional. Tendo a auto avaliação do grupo como o ponto central do processo, o manual garante que a titularidade da avaliação é, antes de tudo, do grupo. Esse ponto corresponde a materialização, na letra do manual, de uma prática já comum nos grupos e que foi valorizada e reafirmada nesse documento. Os

grupos sempre construíram de forma autônoma seu planejamento de atividades e, constantemente, em suas reuniões administrativas, faziam (e fazem) a avaliação constante do andamento dessas atividades. Assim, o binômio autonomia/avaliação foi (e segue sendo) um elemento que garantiu o sucesso do processo de formação petiana. O MOB 2002 foi elaborado de tal forma que esse binômio fosse consolidado na letra do manual e que fosse generalizado para as outras instâncias do programa, com a estrutura do PET na IES e na SESu/MEC.

Para dar conta dessa demanda, o MOB 2002 reestruturou também o PET na IES e na SESu. Na IES, foi exigido que a universidade mantivesse uma pessoa responsável pelo programa e foi criado o Comitê Local de Acompanhamento (CLA), que deveria ter 2/3 de sua composição indicada pela comunidade petiana e todos os seus membros deveriam ser conhecedores do programa. O termo "Acompanhamento" indicava que o CLA deveria sim contribuir para a avaliação dos grupos e para a pertinência do planejamento em relação ao projeto pedagógico da instituição, mas não teria poderes sobre a criação ou extinção de grupos. No âmbito da SESu/MEC, foi criada a Comissão Nacional de Acompanhamento e Avaliação (CNAA) do PET, com 50% do grupo indicado pela comunidade petiana. Essa comissão tinha uma dupla função. Primeiro, definir as políticas de incentivo aos grupos para desenvolver suas atividades e as políticas de ampliação e manutenção do programa. Segundo, realizar a avaliação nacional dos grupos e do programa. Nesta proposta do MOB 2002, a estrutura do PET garantiria um processo combinado de auto avaliação e avaliação externa em todos os níveis do programa.

Além dos aspectos estruturais, o MOB 2002 definiu objetivos geral e específicos e as características da avaliação. Remeto aqui, mais uma vez, o leitor ao texto original para estabelecer uma visão completa da avaliação. Saliento que esse manual foi pensado e elaborado para materializar o compromisso com a graduação e com a universidade em geral que havia sido estabelecido pelos membros do PET durante o processo de luta para manutenção do programa. Esperava-se institucionalizar o programa, ampliar

e consolidar o compromisso com a graduação, sem correr o risco que os grupos se tornassem mão de obra “barata” para projetos institucionais ou mesmo pessoais. Pretendia-se estabelecer um compromisso com o curso de graduação e com a instituição, garantindo, ao mesmo tempo, a identidade e a autonomia dos grupos. Estes aspectos podem ser destacados nos seguintes objetivos específicos da avaliação do PET:

Estabelecer um processo de construção da identidade de cada grupo e do seu espaço de ação, da identidade do Programa em cada IES e da unidade nacional do Programa.

Fixar os valores associados às atividades típicas do Programa: valorização dos trabalhos em grupo e ações coletivas, valorização das ações para melhoria dos cursos de graduação, valorização da interação crítica com o projeto pedagógico do curso e da IES e valorização de ações junto à comunidade que sejam consistentes com a formação ampla e interdisciplinar do aluno (BRASIL, 2002, p.20).

Nota-se que está claramente nos objetivos específicos da avaliação manter a identidade do grupo dentro da filosofia e dos objetivos do programa, impossibilitando que o grupo sirva de mão de obra para outros projetos extrínsecos à filosofia e ao projeto de formação do PET.

Além destes objetivos específicos, também as características da avaliação procuravam manter essa mesma relação de identidade e autonomia dos grupos. Estas características são a institucionalidade, a globalidade, a função construtiva e não punitiva, o compromisso coletivo, a ênfase qualitativa e a continuidade. Destas, destaco o compromisso coletivo, que afirmava que

O Programa, devido às suas características, exige compromisso coletivo de todos os agentes envolvidos na execução e na avaliação de suas atividades. O bom andamento do Programa depende da co-responsabilidade de todos os agentes acadêmicos na proposição, da realização e da avaliação das atividades de cada grupo e do conjunto dos grupos na IES. Também estes agentes devem ser sensíveis aos resultados da avaliação no momento de planejar as atividades do grupo (BRASIL, 2002, p.21).

Finalmente, destaco a parte final do item 3.3 – Operacionalização da Avaliação que mostra claramente os papéis da CNAA e do CLA na avaliação dos grupos e do programa:

A avaliação nacional terá caráter deliberativo sobre a criação,

manutenção e extinção de grupos. A avaliação local deverá examinar o interesse acadêmico das atividades e sua inserção na instituição. Esta avaliação terá caráter sugestivo visando o aprimoramento das ações dos grupos (BRASIL, 2002, p.21).

A criação e extinção de grupos não poderia ser uma decisão local, ficando a cargo da CNAA. O CLA teria a função contribuir, na sua participação na avaliação, para a inserção institucional das atividades dos grupos, mas sempre com um caráter sugestivo e nunca impositivo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentei um resumo histórico dos elementos que confluíram para a construção da filosofia da avaliação do PET. relatei como as diretrizes da avaliação estabelecidas no VI ENAPET, combinadas com as características da avaliação institucional do PAIUB, definiram a formatação da filosofia de avaliação do PET. Esta filosofia reafirma e amplia o binômio autonomia/avaliação como forma de construção e consolidação das identidades dos grupos e do programa. Minha motivação foi construir um entendimento histórico que reafirme esta filosofia para tê-la como referência no processo de construção da avaliação nacional do programa.

A partir deste ponto, é necessário agora que essa revisão se estenda para as portarias PET e para o MOB 2006. As portarias modificaram a estrutura do programa, inclusive as comissões responsáveis por sua avaliação. Assim, torna-se necessário desdobrar esse processo de revisão em duas frentes. Primeiro, examinar em que medida as portarias PET publicadas desde 2005 modificaram (se modificaram) a filosofia de avaliação e, segundo, como essas avaliações foram operacionalizadas e que resultados obtiveram. Estes dois aspectos são importantes porque a operacionalização da avaliação, se não for feita tendo como referência a filosofia do programa, pode deixar a desejar e até prejudicar a construção da identidade dos grupos, assim como a sua autonomia. Sendo um ato político, a avaliação está sujeita à dimensão ideológica e a ideologia competitiva e "rankeadora" presente constantemente na academia pode influenciar e até distorcer o processo de avaliação do programa e levar a inviabilizar seu propósito de reafirmar a identidade dos grupos e do programa.

## REFERÊNCIAS

AYALA FILHO, Alvaro Leonardi. A Educação Tutorial na perspectiva da Teoria Histórico Cultural da Atividade. **Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial -Três Lagoas/MS**, v. 1, n. 1, p. 10-39, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientações Básicas do PET**, 2002. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PETmanual.pdf>  
Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Lei Federal Nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=332-leisetembro2005&category\\_slug=pets-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=332-leisetembro2005&category_slug=pets-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192)  
Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.385, de 23 de setembro de 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=332-leisetembro2005&category\\_slug=pets-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=332-leisetembro2005&category_slug=pets-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192)  
Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 976 de 27 de Julho de 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14912-portaria-n-976&category\\_slug=dezembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14912-portaria-n-976&category_slug=dezembro-2013-pdf&Itemid=30192)  
Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 343 de 24 de abril de 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13005-portaria-343-24-abril-2013-pdf&category\\_slug=abril-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13005-portaria-343-24-abril-2013-pdf&category_slug=abril-2013-pdf&Itemid=30192)  
Acesso em: 25 de out. 2022.

CENAPET – Comissão Executiva Nacional dos Grupos do Programa de Educação Tutorial (PET). Encontro Nacionais de Grupos PET (ENAPET) <https://cenapet.wordpress.com/eventos/enapet/>  
Acesso em: 20 out. 2022.

CENAPET – Comissão Executiva Nacional dos Grupos do Programa de Educação Tutorial (PET). **Minuta de Manual de Orientações Básicas do PET**. Brasília: Comissão de Avaliação, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eUzdQNrfALUY65LkYWhWRSP4ND0CLkkt/view>  
Acesso em: 20 out. 2022.

UFSM. PET: **Programa de Educação Tutorial**. Santa Maria. 1998  
<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/pet/sulpet/>  
Acesso em: 20 out. 2022.

ENAPET XIX **Ata da Assembleia Geral do XIX Encontro Nacional de Grupos PET**. Santa Maria: UFSM, 2014. Disponível em:  
[https://drive.google.com/file/d/1WNChqC7UlsE8X\\_b26ZwMHK5RrufDKwx/view](https://drive.google.com/file/d/1WNChqC7UlsE8X_b26ZwMHK5RrufDKwx/view)  
Acesso em: 19 mai. 2019.

MÜLLER. Angélica. **Qualidade no ensino superior: a luta em defesa do Programa Especial de Treinamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 176p.

TRINDADE, Hégio. Avaliação institucional das universidades federais: resistência e construção. **Avaliação**, v. 1, n.1 p.9-14,1996.

RISTOFF, Dilvo. Princípios do programa de avaliação institucional. **Avaliação**, v.1., n.1. p.47-53,1996.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação**, v. 1, n. 1. p.15-24,1996.

Publicado em: 31 de Outubro de 2022.